

## 2011, o ano da Irmandade Muçulmana

A Primavera Árabe, que marca o fim da era dos regimes ditatoriais no Médio Oriente, foi incentivada logo desde o início pela maior parte dos países europeus e pelos EUA, que tinham a esperança de verem nascer democracias do tipo ocidental. A derrota dos partidos políticos tradicionais e a vitória dos de cariz islâmico tem mostrado que estas populações querem um outro caminho, mais identitário com as suas convicções e com a sua cultura. O apelo do Islão como resposta aos problemas de corrupção e de desigualdades económicas e sociais parece a solução ideal quando o mundo ocidental está para resolver uma crise financeira sem precedentes, com consequências imprevisíveis, quer para a sociedade como para a sustentabilidade do próprio sistema económico, tal como hoje o conhecemos.

Mas esta mudança, se para muitos foi repentina, para outros era já esperada. Najma al-Zidjaly, uma professora do departamento de língua inglesa da Sultan Qaboos University em Oman, que tem vindo a estudar a relação entre os jovens árabes e as novas tecnologias, já em 2009 tinha alertado para sinais importantes de sublevação. Uma das grandes causas desta revolta foram as crises mundiais de produção de cereais de 2007-2008, que se repetiram depois em 2010, e que foram particularmente sentidas nestes países onde o pão, que é a base da alimentação, aumentou muito de preço, agravando as situações de pobreza já existentes. Por outro lado, assistia-se a um enriquecimento crescente dos ditadores e dos autocratas, que continuavam a apropriar-se dos bens e riquezas dos seus países. A contestação começou a crescer, contagiada pelo clima de revolução que se viveu no Irão em 2009, por causa das suspeitas de fraude nas eleições que deram a vitória por uma larga, e suspeita, maioria a Ahmaninejad. Aliás, apesar das diferenças com os persas iranianos, as revoltas árabes também partiram da maioria jovem, instruída, que não tem emprego mas que tem acesso às novas tecnologias de comunicação e de informação.

A par destes acontecimentos, e por causa deles, os movimentos islâmicos começaram a ter uma influência cada vez maior nas sociedades. Apesar de estarem proibidos, actuavam na clandestinidade, ajudando as populações cada vez mais carenciadas, substituindo as próprias funções do Estado. A Irmandade Muçulmana e os salafitas, do agora constituído partido Al-Nur, são apenas alguns dos exemplos de como o Islão foi sendo a resposta para os problemas das populações, ainda debaixo dos regimes ditatoriais. Para agravar a situação, a falta de liberdade política que impedia a criação de partidos de cariz islâmico levou a que, por exemplo, no Egipto a Irmandade Muçulmana tivesse de concorrer apenas com candidatos independentes que, ora eleitos, viam o seu mandato impedido pelos mais variados motivos. As contínuas perseguições políticas que enchiam as prisões destes países, e onde se suspeita que ocorressem actos de tortura e espancamento, aumentava ainda mais o sentimento de revolta e o desejo de mudança.

Era portanto expectável que o Islão ganhasse uma nova importância com a Primavera Árabe e que os partidos de cariz religioso vencessem as primeiras eleições destes novos regimes. A Irmandade Muçulmana, que viveu na clandestinidade até ao início deste ano, tem sido a grande vencedora, e os partidos que criou estão neste momento no poder na Tunísia, em Marrocos e preparam-se para ganhar, embora sem maioria, a Câmara Baixa do Egipto. É também influente na Jordânia, está por detrás do Hamas que controla a Faixa de Gaza e está na oposição ao regime de Bashar al-Assad na Síria.

Mas o que esperar da Irmandade Muçulmana?

A resposta poderá vir do exemplo turco, visto que o partido no poder, o AKP, tem raízes e inspiração no movimento dos irmãos muçulmanos e tem tentado, com algum sucesso fazer a integração do mundo islâmico com um estado laico, democrático e até pró-ocidental. Recep Erdogan, o primeiro-ministro, procura manter o ideal que Mustafa Atatürk criou, ao mesmo tempo que tem assegurado “o Islão como elemento articulador de uma identidade supranacional turca”, com uma governação que é, também segundo ele, “o espelho de uma sociedade maioritariamente muçulmana”.

No entanto a diferença poderá chegar com o envolvimento da Irmandade Muçulmana na criação das novas Constituições, e deixar-se tentar pela adopção dos ideais da velha guarda, como os defendidos pelo *sheik* Yusuf Qaradawi. Mas no Egipto, o Partido da Liberdade e da Justiça já deu provas da sua moderação ao não querer aliar-se com os ultraconservadores salafitas do Al-Nur, afastando a hipótese da instituição de um estado islâmico. Na Tunísia, Rachid Ghannouchi, o líder do Ennahda já afirmou que não vai proibir o álcool e não vai obrigar a usar o *hijab*, nem vai “impor ou limitar qualquer tipo de modo de vida ou tornar as pessoas mais religiosas” Por fim, Tarik Ramadam, uma das vozes da ala mais reformista dos irmãos muçulmanos, defende não só membros femininos nos novos governos, como também a igualdade de oportunidades entre géneros, credos e ideologias.

Vamos assistir ao longo de 2012 à construção de um novo Médio Oriente. A vitória dos partidos da Irmandade Muçulmana traz a responsabilidade de mostrar que os antigos membros do movimento, e que agora estão eleitos, estão preparados para governar. É necessário que saibam acabar com a corrupção e que solucionem os graves problemas económicos e sociais que os países saídos da Primavera Árabe enfrentam. O desafio está lançado, vamos ver como os irmãos muçulmanos o vão resolver.

**Maria João Tomás** . Investigadora, IEEI

*in* **Diário de Notícias**, 24 de Dezembro de 2011